



**ObservaDF**

Número 1 - 2021

A PANDEMIA E A ECONOMIA DO DF  
AS VÍTIMAS DE VULNERABILIDADE ESTRUTURAL

Autoria

CABELLO, Andrea – FACE/UnB

BERTHOLINI, Frederico - IPOL/UnB

NOGALES, Ana Maria – IE/UnB

RENNÓ, Lúcio – IPOL/UnB

VIANA, Guilherme – DAI/DPO/UnB

**Número 1 - 2021**

## **A PANDEMIA E A ECONOMIA DO DF: AS VÍTIMAS DE VULNERABILIDADE ESTRUTURAL**

O ano de 2020 foi bastante difícil para a economia mundial e brasileira, devido ao advento da pandemia da Covid-19. As tentativas de conter a pandemia provocaram a queda do nível de atividade econômica, aumento do desemprego, dificuldades logísticas que elevaram custos e a consequente queda na renda e do poder de compra das famílias.

O setor de serviços e a indústria foram os principais setores prejudicados pela pandemia, enquanto a agricultura apresentou um desempenho melhor. Essa performance da economia brasileira teve espelho na economia do Distrito Federal. Deve-se lembrar que, no Distrito Federal, há um peso desproporcional para o setor de serviços, especialmente afetado pelas medidas restritivas de isolamento social devido à sensibilidade desse setor a atividades presenciais.

Dados do IBGE sugerem que a economia brasileira já começou um período de retomada econômica, ainda que tímida, iniciada no último trimestre de 2020 e com alguns indícios de sazonalidade proporcionado pelo efeito positivo do aumento da atividade relacionada com o final de ano. Parte desses efeitos perduraram para o início do ano de 2021, trazendo otimismo em relação à recuperação da economia frente à crise provocada pela pandemia da Covid-19. Podemos esperar semelhante processo no DF?

O objetivo desse artigo é discutir a conjuntura da economia do Distrito Federal de forma específica, com atenção especial a aspectos relacionados à renda e ao mercado de trabalho. Apesar da volatilidade da conjuntura econômica, muitos dos problemas vividos hoje pela economia do Distrito Federal são produtos de questões estruturais presentes antes do advento da pandemia, para os quais não há políticas que permitam respostas rápidas e efetivas em momentos de crise.

O propósito desse artigo é, portanto, expor como a pandemia acentuou problemas pré-existentes e buscar soluções de políticas públicas que permitam a construção de uma infraestrutura de apoio tanto para famílias quanto para empresas em momentos de crise. A principal conclusão é de que as maiores vítimas dos efeitos econômicos da pandemia são as populações estruturalmente excluídas, marcadas pelas profundas e persistentes desigualdades econômica e sociais que assolam o Distrito Federal e para as quais governos não parecem ter solução.

## 1. Condicionantes da Renda e da Atividade Econômica no primeiro semestre de 2021:

Após um ano de 2020 difícil, alguns fatores são importantes para a compreensão do contexto em que se encontra a economia brasileira e, especificamente, do Distrito Federal, nesse momento. Eles dizem respeito ao contexto macroeconômico geral, às medidas de manutenção de renda executadas pelo Governo Federal, às medidas de contenção da pandemia em si e ao contexto político.

O contexto macroeconômico é de recuperação, mas o nível de atividade econômica ainda apresenta oscilações devido a taxas de desemprego altas e níveis de inflação elevados. A suspensão de atividades em 2020 desestruturou a produção em diversos setores no mundo, provocando problemas de estoque e logística, prejudicando fluxos de produção e elevando custos no Brasil.

Em relação ao contexto macroeconômico nacional, verificou-se o agravamento da já precária situação fiscal e do endividamento público. A vigência da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto dos Gastos, impõe um limite fiscal a essa questão, mas - e até como consequência desse arranjo e da própria pandemia - a política monetária do Banco Central do Brasil foi flexibilizada.

Em agosto de 2020, a taxa Selic, taxa básica de juros da economia, chegou a 2,00% ao ano e foi mantida nesse patamar por vários meses. Isso teria sancionado a escalada de preços e de um processo inflacionário que, juntamente com a pressão de custos já mencionada, levou o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M acumulado em 12 meses a 33,83% em julho de 2021<sup>1</sup>. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA<sup>2</sup> acumulado em 12 meses para o mesmo mês foi de 8,99%<sup>3</sup>.

Recentemente, em março de 2021, o Banco Central iniciou um processo de alta da taxa de juros, triplicando a taxa Selic em cerca de seis meses. Esse processo de aumento de juros, após longo período de flexibilização da política monetária, tem o objetivo de conter o processo inflacionário e traz reflexos sobre o encarecimento do crédito, necessário no processo de recuperação financeira das empresas.

A perda de poder de compra ocasionada pelo encarecimento de itens importantes da cesta de consumo também deve ser mencionada. Desde o ano passado, o agravamento da situação macroeconômica como um todo teve repercussões sobre a taxa de câmbio, o que, juntamente com restrições de logística,

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://portal.fgv.br/en/node/23549>

<sup>2</sup> Enquanto o IGP-M dá um peso maior para peso de matérias-primas e custos associados à produção e construção civil, o IPCA mensura os impactos de bens finais e de consumo de forma mais direta.

<sup>3</sup> Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31328-ipca-tem-alta-de-0-96-em-julho>

encareceu insumos importados e aqueles cotados em moeda estrangeira. Os últimos meses presenciaram dificuldades graves de importações de insumos e matérias-primas no país, e esses efeitos são duradouros para estoques e linhas de produção. A volta súbita de atividades em alguns setores, a partir da segunda metade do ano de 2020, provocou um aumento repentino de demanda que também contribuiu para o desequilíbrio. O aumento do preço de combustível e de energia também impactaram na perda de poder de compra de famílias e empresas e se apresentam como obstáculos à retomada dos níveis de atividade econômica de antes da pandemia.

O aumento da inflação levou, portanto, a uma redução do poder de compra e a queda da renda real da população como um todo, o que potencializa a diminuição do nível de atividade e restringe os efeitos da ainda incipiente recuperação pelo qual passa a economia. Isso levou muitos a uma situação de insegurança alimentar e ao aumento da população sem-teto em muitas cidades, modificando, portanto, o perfil das pessoas nessa situação e chamando a atenção para as limitações das políticas públicas de habitação e de combate à pobreza.

Deve-se mencionar também as medidas de manutenção de renda - atualmente, elas são executadas pelo Governo Federal que, como reforço ao programa Bolsa Família, implementou o programa auxílio emergencial com um escopo maior por tempo limitado. Tais medidas se fizeram ainda mais necessárias em um período de agravamento de crise no qual regras trabalhistas foram flexibilizadas para evitar falências de empresas. Entretanto, o pagamento do auxílio emergencial de 2020 foi suspenso no mês de dezembro e, somente no final de abril de 2021, e de forma mais restrita, ele foi reestabelecido, o que reduziu a renda das famílias mais pobres no início do ano. Dessa forma, a gestão das políticas de manutenção de renda as mantém em nível insuficiente e dificultam que processos de crises agudas, como a pandemia da Covid-19, sejam enfrentados pelas famílias sem prejudicar sua presente situação de vulnerabilidade.

Em relação às medidas de contenção da pandemia, o segundo trimestre de 2020 marcou o início da pandemia da Covid-19 e foi o momento em que as medidas de isolamento social talvez tenham tido seu impacto mais intenso sobre a economia e sociedade brasileira. Entretanto, uma segunda onda ainda mais forte, a partir de março de 2021, levou a novas restrições, principalmente no Distrito Federal, o que motivou o fechamento de estabelecimentos com novos impactos sobre a atividade econômica e a renda. Essa onda significou o pico da pandemia, em que a média diária de mortes ultrapassou o patamar de 3 mil, sendo muito mais intensa do que o ocorrido em 2020. A chegada da variante Delta, mais contagiosa, também levantou preocupações de saúde pública para a população e gestores.

Por outro lado, o início da vacinação no país, no mês de janeiro de 2021, trouxe esperanças de flexibilização das medidas restritivas em geral. No Distrito Federal, o processo logo teve início, porém foi marcado por demoras e críticas a um protocolo de agendamento digital demorado e que dificultou o acesso, em um primeiro momento, da população mais pobre. Outros estados e municípios fizeram exigências menos restritivas, buscando acelerar o processo de vacinação em massa. Até o início de setembro de 2021, uma parcela um pouco maior que 60% da população do Distrito Federal havia recebido a primeira dose da vacina enquanto 37% da população estaria completamente vacinada com as duas doses ou com vacina de dose única<sup>4</sup>.

Deve-se mencionar ainda que, como resposta à pandemia e como um tipo especial de medida restritiva, 2020 presenciou o fechamento de escolas e a transição de aulas para o ensino remoto emergencial. Essa transição teve impactos sobre o aprendizado dos estudantes de uma forma que as bases de dados oficiais ainda não são capazes de mensurar no curto prazo. Já para o longo prazo, chama-se a atenção para possíveis efeitos em todas os estudantes afetados, de forma diferenciada por idade e nível socioeconômico, uma vez que cada tipo de escola ofertou uma solução diferente e as últimas escolas a retornar ao ensino presencial foram as públicas.

Por fim, o contexto político do início de 2020, tanto em nível nacional quanto no Distrito Federal, foi bastante conturbado. Em nível nacional, foi instalada a CPI da Covid, que tem investigado a condução do Governo Federal frente à pandemia. No Distrito Federal e em outras unidades da federação, algumas denúncias relacionadas a contratos na área da saúde também provocam crises institucionais localizadas, que podem prejudicar expectativas futuras e trazer insegurança jurídica.

## 2. A Conjuntura no Distrito Federal:

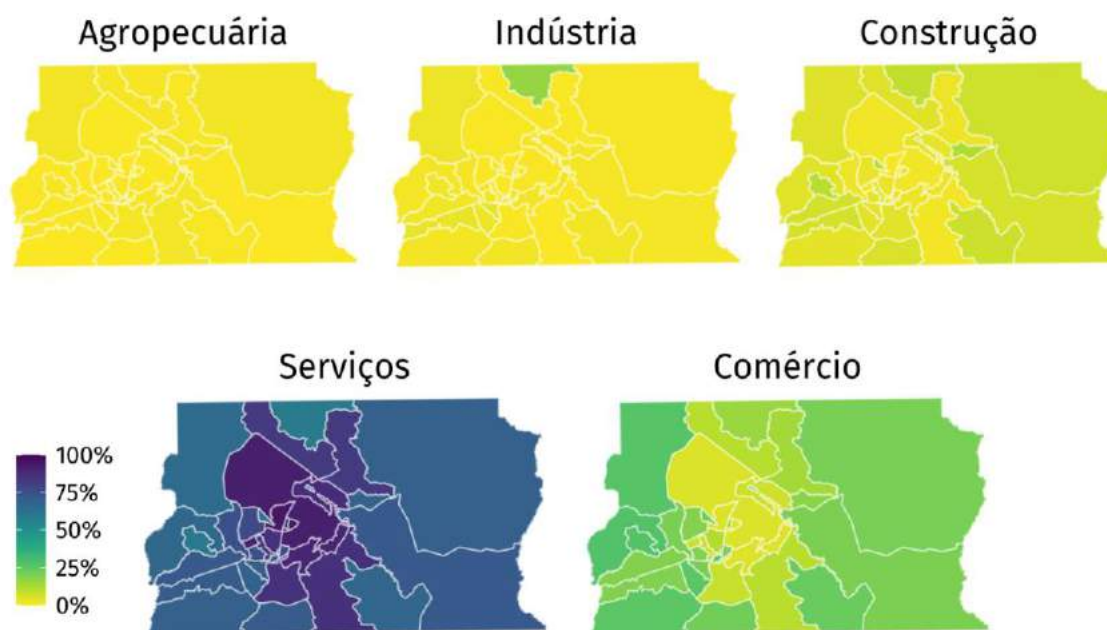
Dessa forma, o contexto nacional traz reflexos importantes que condicionam a conjuntura econômica no Distrito Federal. Localmente, os impactos da pandemia foram sentidos, principalmente a partir do segundo trimestre de 2020. Esse impacto, no entanto, não foi uniforme entre os principais setores da economia.

---

<sup>4</sup> Fonte: <https://info.saude.df.gov.br/relatorio-de-vacinacao-covid-19/> Acesso em 13 de setembro de 2021.

O Distrito Federal se diferencia das demais unidades da federação devido à predominância do setor de serviços, responsável por cerca de 95% de sua economia, o qual engloba o setor de comércio. Já a indústria no Distrito Federal é bastante influenciada pelo setor de construção civil. A figura 1 mostra a distribuição geográfica dos principais setores de atividade econômica no Distrito Federal:

Figura 1: Distribuição Geográfica dos principais setores de atividade econômica no Distrito Federal<sup>5</sup>:



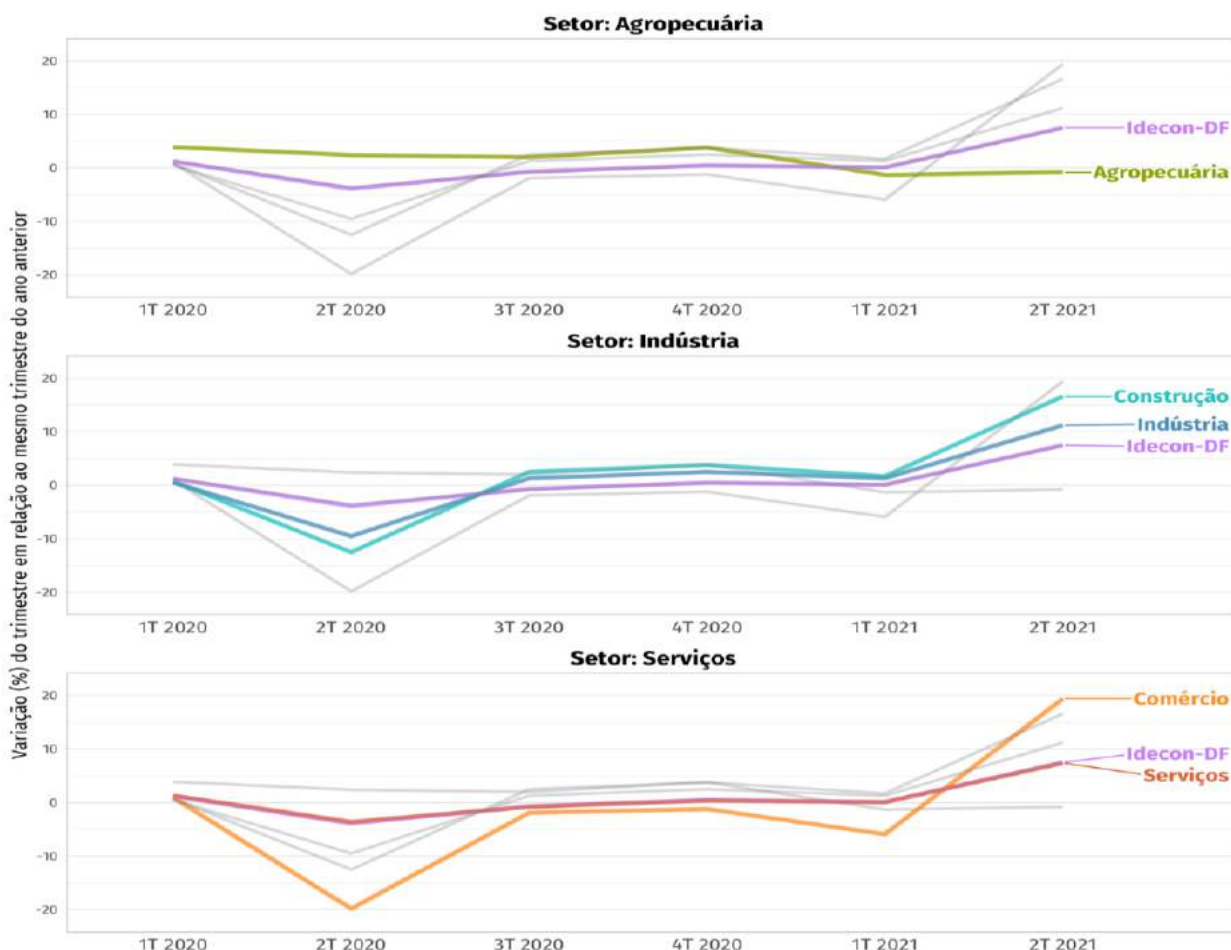
Elaboração Própria. Fonte: PDAD – 2018.

Esses setores foram bastante afetados pelas medidas restritivas de isolamento social e, principalmente, o comércio foi impactado de forma desproporcional com o fechamento de estabelecimentos e a restrição

<sup>5</sup> Agricultura inclui: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústria inclui: Indústrias Extrativas, Indústrias de Transformação, Construção inclui: Construção; Serviços inclui: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, Alojamento e Alimentação, Artes, Cultura, Esporte e Recreação, Atividades Administrativas e Serviços Complementares, Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, Atividades Imobiliárias, Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, Educação, Eletricidade e Gás, Informação e Comunicação, Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais, Outras Atividades de Serviços, Saúde Humana e Serviços Sociais, Serviços Domésticos, Transporte, Armazenagem e Correio ; Comércio inclui: Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas. Para os agregados, comércio foi inserido em serviços e construção foi inserido na indústria.

de horários de funcionamento. Dessa forma, além dos três principais setores, são apresentados também a construção civil (incluída no resultado da indústria) e o comércio (incluído no resultado de serviços), além do índice Idecon-DF, calculado pela Codeplan, que mensura o nível da atividade econômica no Distrito Federal. O gráfico 1 apresenta a variação (%) do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior por setores do Distrito Federal.

Gráfico 1: Variação percentual (%) do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – setores do Distrito Federal:



Elaboração Própria - Fonte Idecon-DF.

O gráfico 1 mostra que o segundo trimestre de 2020 foi particularmente difícil para a economia do Distrito Federal e que o setor mais prejudicado foi o comércio, seguido da construção civil. Entretanto, enquanto o comércio ainda manteve resultados ainda negativos por boa parte do ano de 2020 e sofreu outro baque no início de 2021, a construção civil logo pode voltar às atividades, o que explica sua recuperação ainda em 2020. A agricultura – seguindo a trajetória da agricultura nacional – conseguiu ser menos afetada, mas deve-se ressaltar que esse setor é pouco expressivo aqui no Distrito Federal.

Entretanto, deve-se mencionar que problemas de logística e estoques mundiais relacionados à pandemia levaram a problemas de abastecimento de matérias-primas e custos, o que tem sido agravado nos últimos meses com o aumento dos combustíveis, da energia e, mais recentemente, das taxas de juros, prejudicando o esforço de retomada. Os empresários têm constantemente listado a falta ou alto custo da matéria-prima, a elevada carga tributária e a demanda interna insuficiente como as principais preocupações do setor<sup>6</sup>.

Deve-se lembrar ainda que em algumas regiões do Distrito Federal e da Periferia Metropolitana de Brasília - composta por alguns municípios do entorno<sup>7</sup> -, o comércio e alguns serviços menos elaborados são as principais, senão as únicas, oportunidades de emprego, uma vez que a presença de outros setores na maior parte das regiões administrativas ou municípios da Periferia Metropolitana de Brasília é limitada. Isso significa que a população residente dessas localidades foi desproporcionalmente prejudicada pela restrição de atividades presenciais, principalmente aquela cuja atividade laboral é realizada longe da área central.

Apesar do ano difícil de 2020, as expectativas de mercado para 2021 são de recuperação econômica. Para a indústria, tanto o índice de utilização da capacidade instalada da indústria quanto o índice de utilização da capacidade de operação da construção<sup>8</sup> estiveram acima da média dos últimos anos, após uma queda bastante brusca no primeiro semestre de 2020. O efeito sazonal sobre esses setores é bastante acentuado, assim como sobre toda a economia do Distrito Federal. E isso determinará o comportamento da atividade econômica e o nível das expectativas dos empresários.

---

<sup>6</sup> Segundo dados da Sondagem Industrial e Sondagem Indústria da Construção dos meses de dezembro de 2020 a julho de 2021 realizada pelo Sistema Fibra, disponível em <https://www.sistemafibra.org.br/fibra/produtos-e-servicos/indicadores-economicos/sondagem-industrial>

<sup>7</sup> Os municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília são Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (PED, 2020).

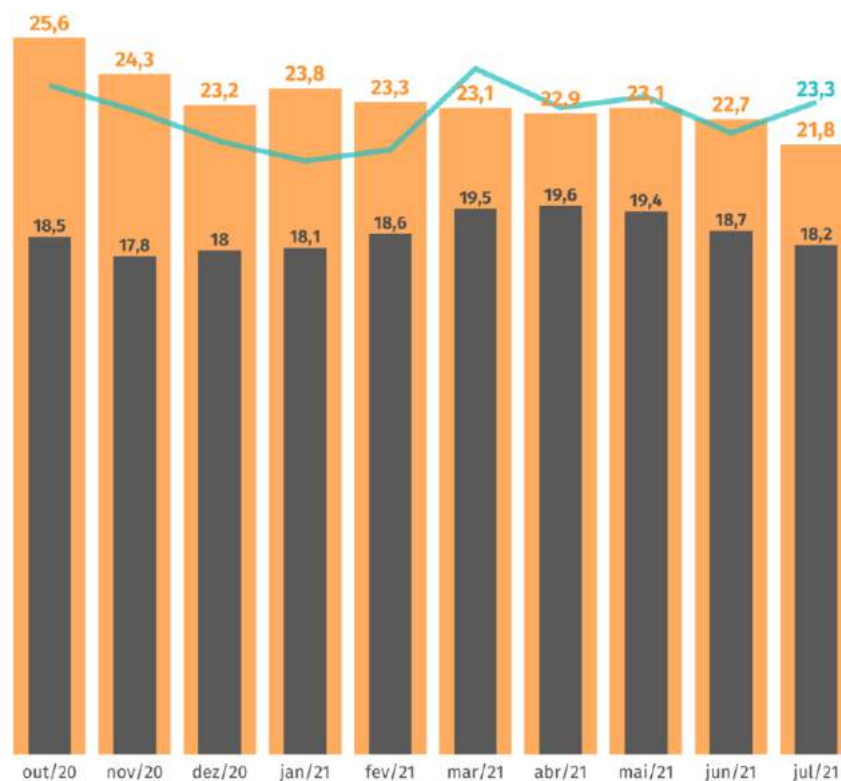
<sup>8</sup> Calculado pelo Sistema Fibra e disponível na Sondagem Industrial e Sondagem Indústria da Construção respectivamente.



Em relação à taxa de desemprego, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)<sup>9</sup> indica uma taxa de desemprego para o Distrito Federal entre 18 e 21% desde o início da pandemia. Desde julho de 2020 essa taxa não atinge o patamar de 20%, apresentando estabilidade. Entretanto, deve-se observar que ela tem sido superior à taxa observada na periferia metropolitana de Brasília, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego do Distrito Federal, da Periferia Metropolitana de Brasília e do Grupo 4:

A Taxa de Desemprego da **Periferia Metropolitana de Brasília (PMB)** foi **maior** que a Taxa de Desemprego do DF, em todo o período considerado. O grupo 4 (baixa renda) acompanhou as altas taxas de desemprego da PMB, chegando a 23,3% em julho.



Fonte: PED Distrito Federal e PED PMB, extração em setembro de 2021.

As taxas de desemprego para a periferia metropolitana de Brasília oscilaram entre 25,6% e 21,8% entre outubro de 2020 e julho de 2021. Em outubro de 2020, a diferença entre a taxa de desemprego observada

<sup>9</sup> Os dados da PED para o DF cobrem o período de abril de 2020 a julho de 2021, enquanto para a periferia metropolitana de Brasília cobrem apenas o período de outubro de 2020 a julho de 2021.

no Distrito Federal e a observada na Periferia Metropolitana de Brasília era de sete pontos percentuais. Essa diferença tem reduzido, mas ainda era de cerca de 4 pontos percentuais em julho de 2021.

O gráfico 2 também mostra que o grupo 4 – composto pelas regiões de baixa renda do Distrito Federal – apresentam uma taxa de desemprego com um comportamento bastante semelhante ao da Periferia Metropolitana de Brasília, indicando que as características socioeconômicas das duas regiões são bastante parecidas, devido à sua proximidade geográfica.

O gráfico 2 também sugere que a sobreposição de efeitos - como a suspensão do auxílio emergencial no início de 2021, a adoção de novas medidas restritivas de isolamento social devido à segunda onda da Covid-19, a inflação crescente e a retração da economia típica do movimento de sazonalidade próprio da economia, por exemplo - são importantes para o entendimento da dinâmica da economia do Distrito Federal. Os primeiros meses da pandemia iniciam-se com taxas de desemprego altas que amenizaram ao longo do ano e voltaram a crescer novamente em março de 2021.

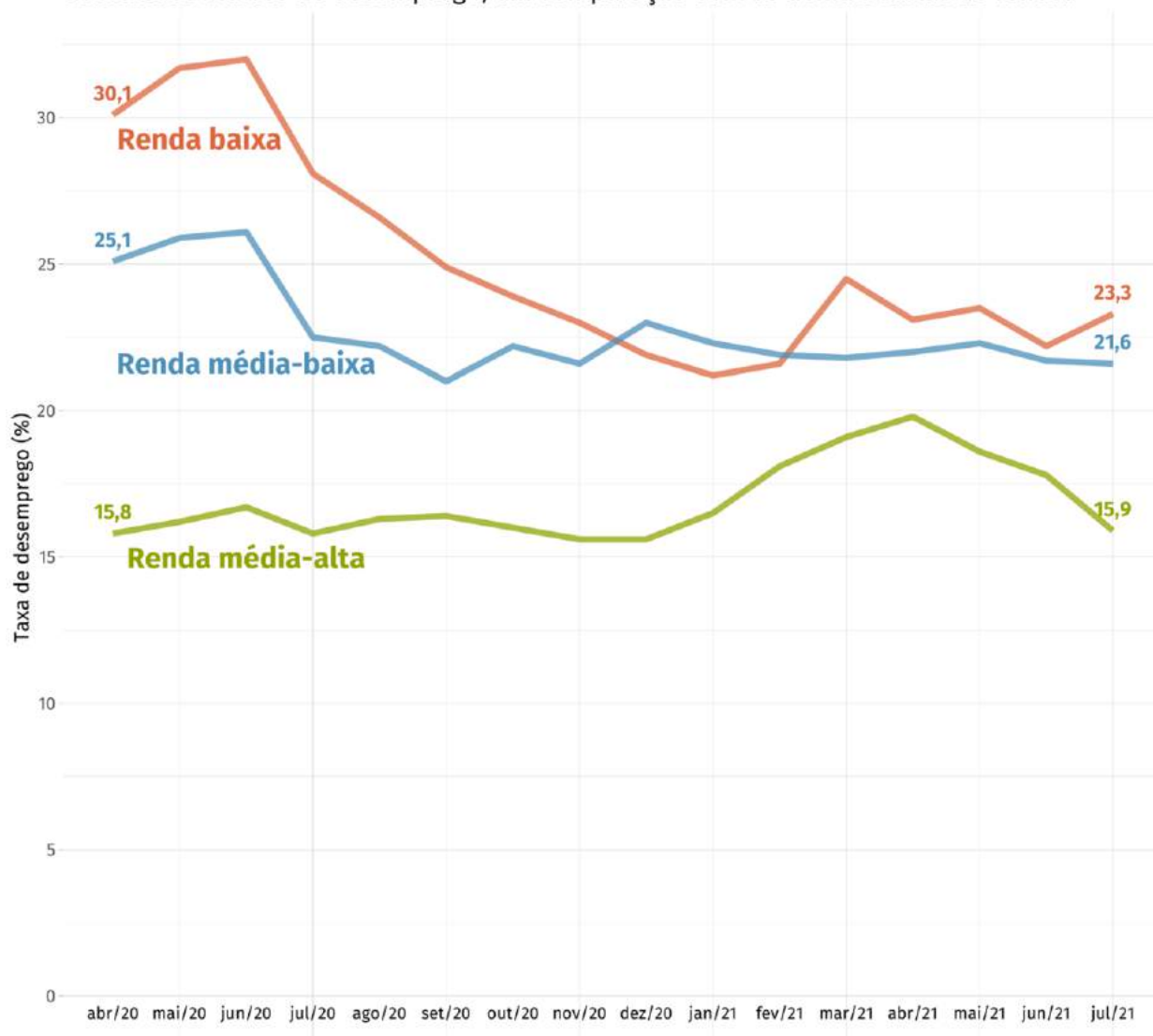
Em relação às regiões do Distrito Federal classificadas por nível de renda, as que são consideradas de renda média-alta<sup>10</sup> foram as que apresentaram menor taxa de desemprego, com taxas entre 15 e 20% para o período de outubro de 2020 a julho de 2021, como mostra o gráfico 3.

---

<sup>10</sup> Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires.

Gráfico 3 – Taxa de Desemprego por Regiões classificadas por nível de Renda – abril de 2020 a julho de 2021:

As Taxas de Desemprego por nível de renda confirmam que a população de **baixa renda** foi desproporcionalmente afetada pela pandemia e continuou, nos últimos meses, a ter os **maiores** índices de desemprego, em comparação com as demais faixas de renda.

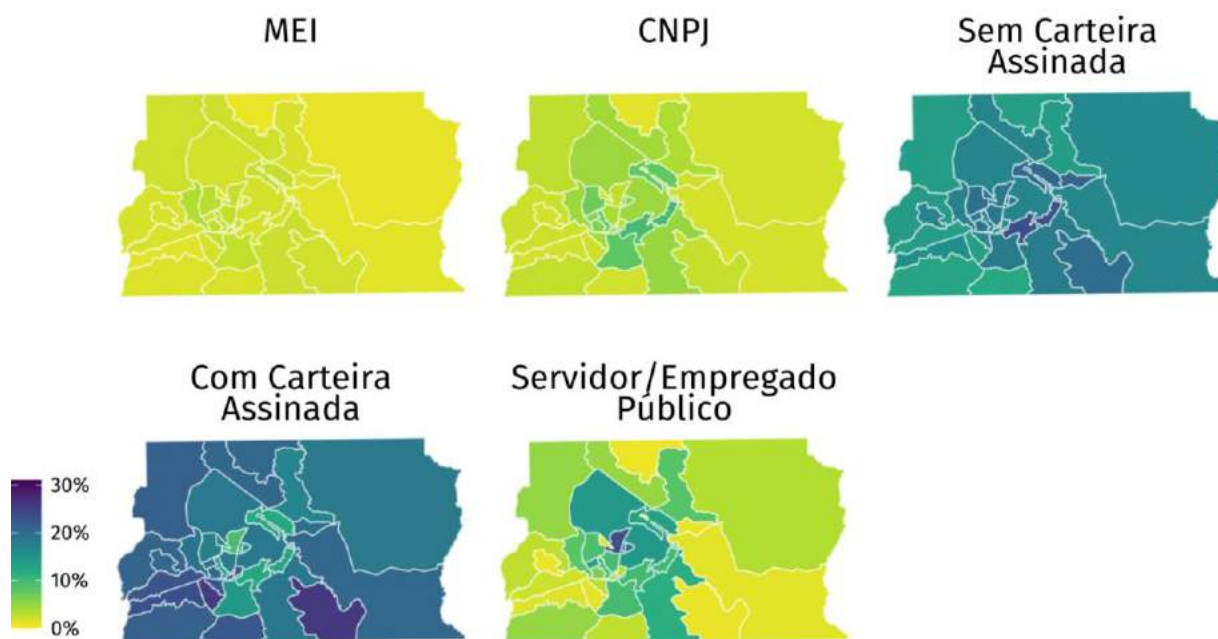


Fonte: PED DF - Extração em setembro de 2021.

De forma intermediária, as regiões consideradas de renda média-baixa<sup>11</sup> apresentaram taxas de desemprego entre 21 e 26%, ou seja, cerca de 5 pontos percentuais acima das regiões de renda média-alta. Por fim, as regiões consideradas de renda baixa<sup>12</sup> apresentaram taxas de desemprego entre 21 e 32%, ou seja, foram as regiões com maior variação na taxa, pois foram as que sofreram com maiores taxas de desemprego, principalmente no início da pandemia<sup>13</sup>.

Isso sugere que o início da pandemia foi particularmente difícil para as comunidades com maior vulnerabilidade socioeconômica e reforça a importância de medidas de manutenção de renda. A flexibilização de regras trabalhistas, no segundo trimestre de 2020, e a predominância de vínculos menos estáveis em regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica – como mostra a figura 2 - reforçam a necessidade dessas medidas em períodos de crise.

Figura 2 – Tipos de Vínculos Trabalhistas por Regiões do Distrito Federal:



Elaboração Própria. Fonte: PDAD – 2018.

<sup>11</sup> Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião.

<sup>12</sup> Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural e Varjão.

<sup>13</sup> Não há dados desagregados para as demais regiões do DF.

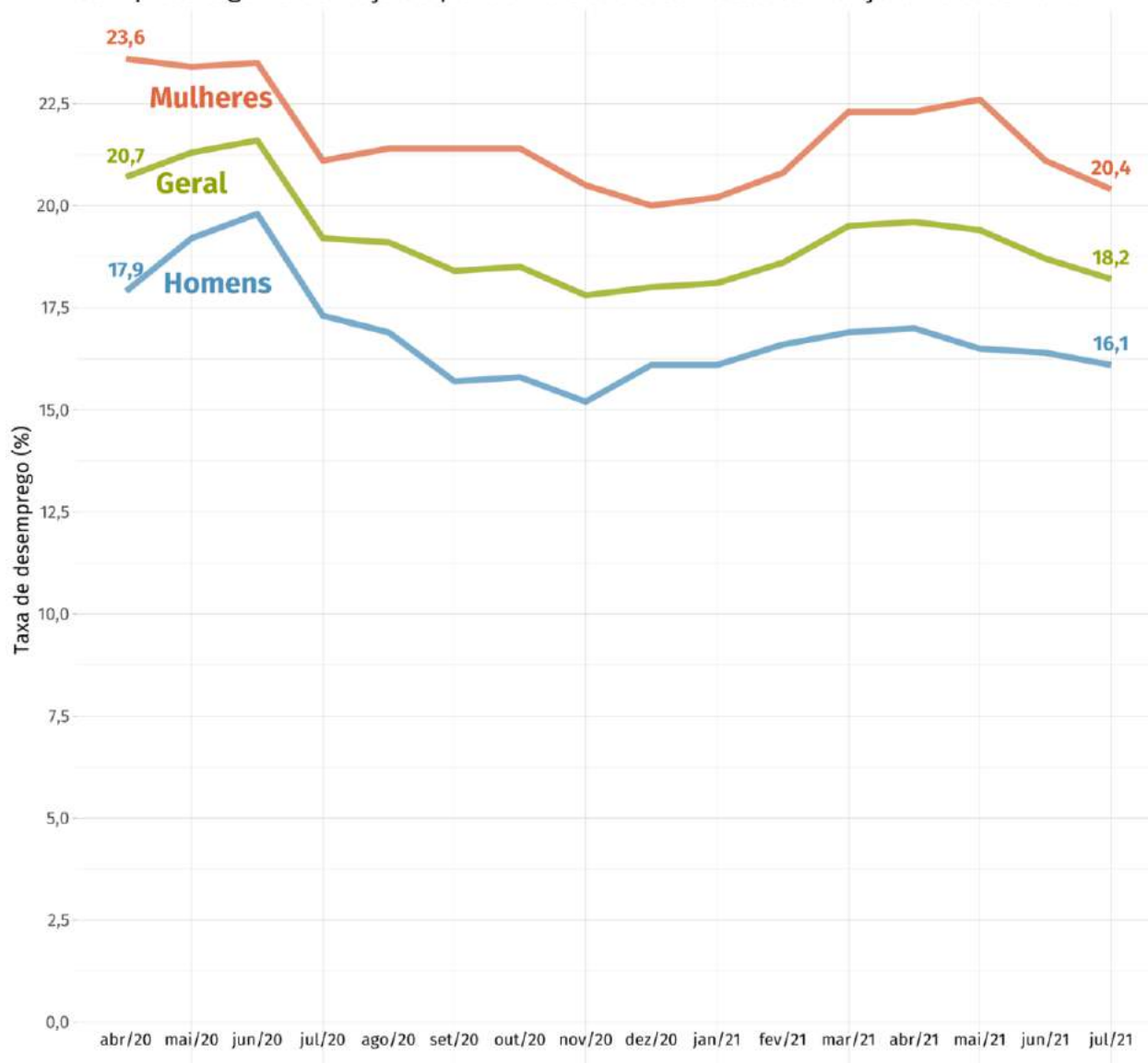
A figura 2 mostra que vínculos estáveis como o serviço/emprego público e a carteira assinada predominam nas regiões centrais do Distrito Federal, assim como o registro por meio de CNPJ. O registro por meio de MEI ainda é pouco difundido como um todo, mas também é preponderante nas mesmas regiões. O comportamento dissimilar é o do vínculo sem carteira assinada, que parece ter um comportamento complementar ao do vínculo de carteira assinada, sugerindo que a informalidade surge com maior força em regiões em que não há oportunidades suficientes formais.

Deve-se ressaltar ainda que, de acordo com dados da PED, atualmente, no Distrito Federal como um todo, cerca de 20-24% são trabalhadores do setor público, enquanto na Periferia Metropolitana de Brasília esse percentual cai para aproximadamente 9% dos ocupados. Além disso, nesta mesma localidade, também há maior importância da ocupação sem carteira assinada entre os assalariados. Dessa forma, a renda dos ocupados da periferia é mais instável, colocando essa população em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica maior. Outrossim, deve-se lembrar ainda que os dados da PED também mostram que o rendimento médio real trimestral dos ocupados da Periferia Metropolitana de Brasília é cerca de metade dos ocupados do DF.

Portanto, o impacto diferenciado do desemprego sobre gênero, idade e raça deve ser mencionado. Em relação à taxa de desemprego de homens e mulheres, a participação desses dois grupos na população economicamente ativa é similar. Pelos dados da PED Distrito Federal, na média entre 2012 e 2021, os homens representam cerca de 51,4% da população economicamente ativa, enquanto as mulheres representam 48,6%. Entretanto, quando consideramos a distribuição desses dois grupos entre os desempregados, observamos uma maior participação das mulheres (55,2% na média entre 2012 e 2021 frente a 44,8% dos homens no mesmo período). Isso relaciona-se com a maior taxa de desemprego para as elas, em torno de 5 pontos percentuais superior, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Taxa de Desemprego por Gênero no Distrito Federal de abril de 2020 a julho de 2021:

As Taxas de Desemprego por gênero evidenciam o alto desemprego entre as **mulheres**, com picos logo no começo da pandemia e entre os meses de março a maio de 2021.



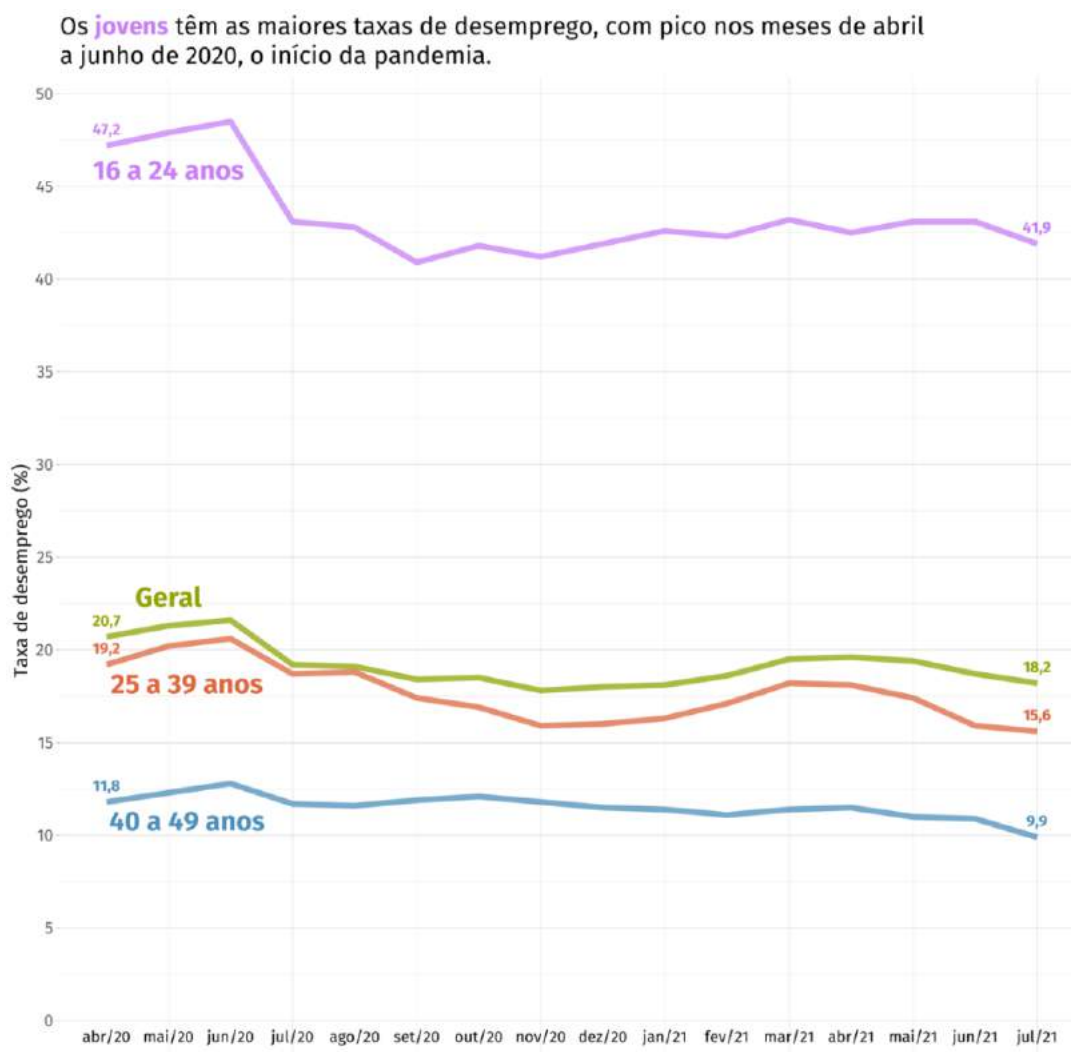
Elaboração própria. Fonte: PED Distrito Federal, extração em setembro de 2021.

O aumento da taxa de desemprego feminino em relação ao masculino foi especialmente alto imediatamente no início da pandemia e voltou a crescer a partir de setembro de 2020, reduzindo entre novembro de 2020 e janeiro de 2021. Deve-se lembrar que a participação do emprego doméstico entre os ocupados reduziu entre os meses de junho de 2020 e janeiro de 2021, o que pode estar relacionada com

esse aumento da participação feminina entre os desempregados, principalmente daquelas mulheres de renda mais baixa. De forma alternativa, a participação da construção civil na distribuição dos ocupados aumentou a partir de agosto de 2020. Esse setor tende a empregar de forma desproporcional homens. Esses fenômenos conjugados contribuem para a manutenção da desigualdade nas taxas de desemprego de gênero no Distrito Federal.

Também é importante observar que o desemprego é especialmente alto entre os jovens, chegando a quase 50% para essa faixa etária no início da pandemia, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5– Taxa de Desemprego por Faixa Etária no Distrito Federal de abril de 2020 a julho de 2021:



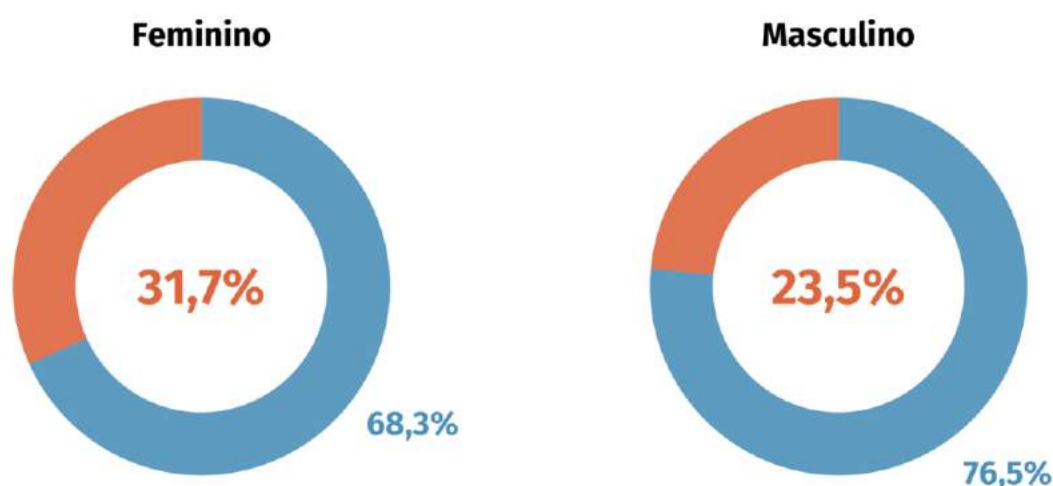
Elaboração própria.

Fonte: PED Distrito Federal, extração em setembro de 2021.

Esse é um fenômeno bastante alarmante quando se considera a suspensão de aulas e a ausência de estratégias de capacitação aliadas ao auxílio emergencial, como ocorreram em países como a França, o que tende a potencializar o fenômeno dos "nem-nem", aqueles jovens que nem trabalham e nem estudam ou estão engajados em estratégias de capacitação. O gráfico 6 mostra a situação estrutural (pré-pandemia) dos "nem-nem" no Distrito Federal.

Gráfico 6 – Jovens (entre 15 e 29 anos) que não trabalham e nem estudam no Distrito Federal:

O percentual de mulheres que **nem trabalham nem estudam** é maior que o de homens, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos.



Elaboração Própria. Fonte: PDAD – 2018.

Os dados do gráfico 4, 5 e 6 mostram uma realidade bastante sombria: atualmente, o percentual de jovens nessa situação é considerável – algo entre 1/3 e ¼ de nossos jovens se encontram nessa situação. Observa-se uma sobre representação de meninas no grupo de jovens que nem trabalham e nem estudam ou estão engajados em estratégias de capacitação. A taxa de desemprego dessa faixa etária é altíssima, como mostram os dados do gráfico 5. E para o Distrito Federal como um todo, a taxa de desemprego feminino



tende a superar (e esse é um problema estrutural também) a taxa de desemprego masculino. Em outras palavras, a pandemia apenas agrava um problema estrutural grave do Distrito Federal, para o qual não se propôs políticas públicas remediadoras que fossem além de soluções conjunturais.

Observa-se, dessa forma, que a crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19 está associada a padrões de desequilíbrios que a economia do Distrito Federal já apresentava antes mesmo da crise, ou seja, de uma situação de vulnerabilidade maior para populações em residentes em regiões mais pobres, com oportunidades de emprego locais concentradas no setor de serviços poucos complexos e comércio, com vínculos empregatícios com menor estabilidade trabalhista, negras, mais jovens e mulheres.

Isso ocorreu sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, a população residente em regiões administrativas periféricas e municípios da Periferia Metropolitana de Brasília mais pobres e que consistem em locais cujas oportunidades de emprego fora do comércio e de setor de serviços são limitadas e que, por isso, foram desproporcionalmente prejudicadas pela restrição de atividades presenciais. Em segundo lugar, a população com menor nível educacional, uma vez que a restrição de atividades presenciais para atividades administrativas em geral foi contornada pela adoção do trabalho remoto e essa opção não foi de fácil acomodação para aqueles trabalhadores empregados no comércio, serviços ou na construção civil, por exemplo, prejudicando a renda dessas famílias. Muitas atividades que não puderam ser convertidas em trabalho remoto são caracterizadas pelo baixo grau de qualificação. Em terceiro lugar, já havia uma população jovem não engajada em atividades educacionais e de trabalho cuja situação de vulnerabilidade somente se agravou com a pandemia.

Isso sugere que há, no Distrito Federal, um problema de vulnerabilidade estrutural para essas populações, que a pandemia da Covid-10 apenas expôs.

Dessa forma, torna-se urgente o reconhecimento da necessidade de políticas não apenas emergenciais, mas também que modifiquem em médio e longo prazo a situação dessas famílias. Em outras palavras, é preciso que políticas conjunturais se misturem com políticas verdadeiras de desenvolvimento econômico, que levem a um processo de valorização social e de renda para a população do Distrito Federal.

### **3. Recomendações:**

A dinâmica estrutural da economia do Distrito Federal com desequilíbrios persistentes setoriais, geográficos e de gênero no emprego e desemprego condicionaram a conjuntura econômica vivida

atualmente. Há ausência de políticas sustentadas de manutenção de renda que garantam que a população mais vulnerável que vive no limiar da linha da pobreza. Esse é o caso, por exemplo, dos beneficiários de programas de transferência de renda e de muitos que vivem em situação de informalidade, que em momentos de crise, tornam-se suscetíveis à insegurança alimentar.

Observa-se a falta de outros tipos de políticas públicas que vão além da mera manutenção de renda e que tenham foco específico tanto nas famílias como nos empreendimentos que as empregam. Isso inclui não somente a ampliação dos projetos de transferência de renda já existentes nos momentos de crise, sem permitir que interrupções agravem o processo de recuperação econômica, como o estabelecimento de outras iniciativas voltadas para a capacitação e inserção no mercado de trabalho de um grupo de trabalhadores que se viu excluído temporariamente da economia.

Outra população que merece especial atenção são os jovens, caracterizados como “nem-nems”. Do ponto de vista da capacitação profissional, a experiência com ensino remoto apropriada durante a pandemia poderia ser aproveitada para o desenvolvimento de cursos modularizados híbridos ou remotos, de formação continuada com pequena duração, ofertados pela Secretaria de Educação aos alunos do Ensino Médio e trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho em parceria com instituições do Sistema S e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa estratégia foi adotada em alguns países europeus durante a pandemia, inclusive com a possibilidade de aproveitamento de créditos em algumas instituições de ensino para cursos de maior duração que emitem diplomas técnicos de diferentes níveis. Uma iniciativa assim busca criar uma articulação clara entre o Sistema de Educação distrital e a rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo que cria instrumentos de incentivos de busca por maior capacitação com acesso amplificado e aderente às necessidades do mundo do trabalho.

Ainda do ponto de vista da inserção facilitada ao mercado de trabalho, deve-se reconhecer que parte do processo de capacitação depende do contato frequente entre empresas e aprendizes. O uso da infraestrutura de inovação em instalação no Distrito Federal tem o potencial para viabilizar iniciativas, transformando a educação no Distrito Federal como um todo. Além disso, programas que viabilizem o primeiro emprego, possibilitados por meio de incentivos fiscais para empresas participantes também contribuem para uma inserção mais dinâmica e que podem trazer efeitos duradouros ao mercado de trabalho do Distrito Federal.

Por fim, o reconhecimento da fragilidade da estrutura produtiva do Distrito Federal, dependente do setor de serviços e de atividades presenciais também deve ser fruto de políticas de médio e longo prazo. Essas políticas devem ser de vários eixos – tanto do ponto de vista de facilitação do ambiente de negócios para a

criação de oportunidades de forma diversificada nas regiões administrativas e municípios da Periferia Metropolitana de Brasília quanto do ponto de vista, mais uma vez, da capacitação de nossa força de trabalho, voltada para empregos mais qualificados, aderentes à indústria e pertencentes a uma cadeia de valor mais inovadora e integrada a fluxos nacionais e internacionais de produção.

#### Referências:

- PED, Projeções Populacionais - Periferia Metropolitana de Brasília – PED-PMB – Nota técnica no. 2, novembro de 2020.